



accredito



2024 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I. RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
II. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
○ BALANÇO PATRIMONIAL	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
IV. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
V. PARECER DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	36

I. RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Diretoria da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., em conjunto com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 bem como o Relatório dos Auditores Independentes, conforme as disposições legais e estatutárias.

INSTITUCIONAL

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. (“ACCREDITO”) é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5050/2022. A ACCREDITO atua por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros próprios e também recursos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de empréstimos de capital de giro, financiamentos e aquisição de direitos creditórios. As operações de créditos realizadas pela ACCREDITO neste exercício, se concentraram no produto antecipação de recebíveis nas modalidades risco sacado (sacado âncora) e risco cedente. Os clientes tiveram à sua disposição, também, a conta de pagamento digital com as funcionalidades do Pix – pagamento instantâneo, TED - transferência eletrônica e pagamentos de contas de consumo.

AUMENTO DE CAPITAL

A Associação Comercial de São Paulo, realizou em 09 de setembro de 2024 o aumento do capital social da ACCREDITO, por subscrição privada no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de mais de 35.000 (trinta e cinco mil) ações que foram subscritas pela acionista e integralizado através de transferência bancária, passando o valor atual de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), para o valor de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), representadas por 110.000 (cento e dez mil) ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1.000,00. O Aumento do capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2024.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO

A Acionista fundadora, Associação Comercial de São Paulo, celebrou Acordo de Associação e Outras Avenças com a Investidora B100 Holding Financeira S.A., em 28 de agosto de 2024, com o objetivo de vender 54.999 (cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove), ações da participação qualificada, equivalente a 49,99% do capital integralizado, para a B100 Holding Financeira S.A. A comunicação da assunção da condição de detentora de participação qualificada foi protocolada junto ao Banco Central do Brasil em 01 de outubro de 2024, estando em fase de aprovação.

CONSULTORIA TÉCNICA

Como parte do Acordo de Associação e Outras Avenças com B100 Holding Financeira S.A., foi celebrado, em 05 de setembro de 2024, um contrato de consultoria técnica com a PLANNER Serviços Corporativos Ltda., que prestará à ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, os serviços técnicos especializados de consultoria estratégica em negócios voltados para as

atividades da Contratante de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios, incluindo análise de crédito, cobrança de créditos de terceiros, antecipação de recebíveis e serviços de pagamento em geral, visando o desenvolvimento, otimização e expansão das atividades da Contratante.

PLATAFORMA BAAS (SERVIÇOS)

No contexto da consultoria técnica prestada pela PLANNER Serviços Corporativos Ltda., foi celebrado com a B. Fácil Serviços e Tecnologia S.A., um contrato de prestação de serviços, por meio de licença, para integração à Plataforma BaaS (serviços) da ACCREDITO, disponibilizando APIs para abertura/gerenciamento de Contas Transacionais de titularidade dos clientes da B. Fácil, na modalidade pré-paga (Conta Digital) com as funcionalidade de transações financeiras por Pix, transferências entre contas (TED), pagamentos de boletos, contas de consumo, consulta de saldo e extrato. Foram abertas no período mais de 10.000 (dez mil) contas digitais.

MARCA ACCREDITO

No exercício 2023 foi adquirida a marca ACCREDITO, registrada junto ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob os números 827246447 e 827247389, classe 35, cujo direitos pertenciam à FACESP Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Em 20/02/2024 foi realizado o pedido junto ao INPI do registro na Classe 36 – Seguros, Negócios Financeiros, Negócios Monetários e Negócios Imobiliários. Neste contexto, também a Associação Comercial de São Paulo, que era proprietária da marca AC Crédito, cedeu à ACCREDITO essa marca, conforme Anotação de transferência de titularidade deferida junto ao INPI em 07/01/2025.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A estratégia de atuação está alinhada com o Investidor, B100 Holding Financeira S/A, que tem priorizado ações direcionadas à prestação de serviços financeiros, tais como: plataforma BaaS, cobrança bancária e conta digital.

As operações de créditos na modalidade de aquisição de direitos creditórios, por meio de um programa de antecipação de recursos a fornecedores em operações de curto prazo, com risco cedente e risco sacado (âncora) são mantidas, acrescentando no portfólio a subscrição de notas comerciais e aquisição de cotas de FIDC, ambas estruturadas e administradas pela Planner Corretora de Valores S.A. Iniciamos a subscrição de Notas Comerciais em novembro/2024, com valor de R\$ 3 milhões.

PORTFOLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

- **Financiamento para Investimento**

Financiamento para adquirir máquinas, equipamentos, projeto de instalação de painéis solares fotovoltaicos e investimentos no setor de turismo, com prazo de até 48 meses

- **Capital De Giro**

Linha de crédito para apoiar o dia a dia das empresas, com parcelamento até 36 meses.

- **Antecipação de Recebíveis**

Modalidade que permite antecipar o recebimento de vendas realizadas por meio de cartão de crédito e/ou duplicatas.

- **Conta Digital**

Conta de pagamento para realização de pagamentos e transferências eletrônicas das empresas, PIX Pagamentos Instantâneos, recebimentos de boletos, contas de consumo e tributos, consultas de saldos e extrato.

- **Cobrança Bancária**

Conjunto de serviços para emissão e recebimento de boletos de cobrança, referentes a venda de produtos ou serviços, podendo ser pagos pela leitura do código de barras ou pelo QR Code Pix. O pagamento poderá ser realizado em todos os canais de atendimento da rede bancária. Pode ser emitido pela plataforma de gestão de cobrança, por transmissão de arquivos eletrônicos ou por integração dos sistemas por meio de API.

PARTICIPAÇÃO EM ARRANJOS DE PAGAMENTOS

- **SPB – sistema de Pagamentos Brasileiro**

Participante do SPB, sob o código Banco 406, que permite a realização de operações financeiras pelos diversos agentes econômicos no Brasil, permitindo a transferência de recursos financeiros, em reais, em todo território nacional.

- **SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos Participante Direto do Pix**

Sistema de Pagamentos Instantâneos, ofertando acesso a contas para transações Pix, processa pagamentos instantâneos, gerencia transações com segurança, monitora riscos com fraude e lavagem de dinheiro, fornece suporte ao cliente e mantém-se atualizado com regulamentações.

- **Nuclea (Câmara Interbancária de Pagamento)**

Integra a Nuclea para a emissão de boletos bancários e de antecipação de recebíveis de cartões de crédito. Aceita transações das principais bandeiras: Visa, MasterCard, Elo, Hipercard, Amex, Cabal e Sorocred.

Homologada no Serviço de Liquidação de Cartões (SLC) para processar e liquidar operações com cartões de crédito, débito, pré-pago e antecipação de recebíveis

- **Open Finance**

Detém autorização do Banco Central do Brasil para integrar o Open Finance, sistema financeiro aberto regulado, que permite às pessoas físicas e jurídicas compartilharem voluntariamente seu histórico e dados bancários com outras instituições financeiras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

Ao adotarmos as boas práticas de Governança Corporativa, reforçamos nosso compromisso com os princípios fundamentais de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa.

Internamente, nossa estrutura de governança é composta por diferentes órgãos e comitês, incluindo a Assembleia Geral dos Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Comitês de Crédito e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), a Secretaria dos Conselhos e comitês, a Auditoria Interna, a Auditoria Externa, a Ouvidoria, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Crédito, e o Diretor de Tecnologia de Informação.

A área de Governança é responsável por divulgar as regras, procedimentos e políticas que norteiam o monitoramento e controle dos riscos identificados na Avaliação Interna de Risco (AIR).

- **Políticas**

Nossas políticas de governança corporativa têm como foco a transparência na gestão, o tratamento equitativo de todos os envolvidos e a prestação clara e objetiva de contas sobre nossas ações.

Estas políticas são alinhadas com o Código de Conduta Ética e incluem:

- Política Cibernética;
- Política de Auditoria Interna;
- Política de Crédito e Cobrança;
- Política de Ouvidoria;
- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática;
- Política de Segurança da Informação;
- Política do Plano de Continuidade;
- Política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- Política de Relacionamento com o Cliente (conforme a Resolução nº 4.949 do Conselho Monetário Nacional); e
- Política de Gestão de Risco.

Na Administração da ACCREDITO, as áreas Operacional e de Compliance compartilham a responsabilidade de propor atualizações e modificações nas políticas e manuais de controle interno sempre que houver alterações na legislação, regulamentos ou interpelações judiciais que exijam adaptações, introdução de novos produtos ou mudanças nos negócios.

É fundamental que cada colaborador se mantenha atualizado sobre assuntos relacionados à sua área de atuação.

LGPD

O tratamento de dados pessoais é pautado na boa-fé e nos princípios da finalidade, adequação, transparência e segurança, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 - Lei

Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nosso objetivo é assegurar o respeito à privacidade, intimidade e liberdade de informação de nossos clientes, parceiros, terceiros e colaboradores.

Com a colaboração da empresa Modus DPO, concluímos a implantação do Projeto de LGPD. Em 2024, foi realizada a nomeação de Janaina Navero Hamati como DPO - Data Protection Officer (Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais).

O projeto resultou na criação dos relatórios e plano de Ação para o SGPD (Sistema de Gestão de Proteção de Dados), Estruturação da Matriz de Responsabilidade, na implementação dos Indicadores de Desempenho LGPD – KPIs e na disponibilização do Guia do Colaborador sobre a LGPD.

Esses avanços não apenas fortalecem nossa conformidade com as regulamentações, mas também solidificam nosso compromisso contínuo em salvaguardar os direitos de privacidade e segurança dos dados pessoais de nossos colaboradores, clientes e parceiros.

RISCO SÓCIO AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Nossa Política de Risco Socioambiental e Climático define os procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle dos riscos relacionados a esses temas em nossas atividades e operações.

As diretrizes dessa política estão alinhadas com nosso Código de Ética e reforçam nosso compromisso com a sociedade, englobando aspectos ligados à promoção dos Direitos Humanos, princípios fundamentais do trabalho, universalização dos direitos sociais e respeito à diversidade nas relações comerciais.

GESTÃO DE PESSOAS

Ao final do exercício 2024, o quadro funcional da ACCREDITO era composto por 18 colaboradores, sendo 3 diretores, 12 colaboradores e 3 prestadores de serviços. Destes, 11 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idades variáveis entre 19 e 73 anos.

Quanto à escolaridade, 83 % dos colaboradores possuem graduação e 17% estão cursando.

OUVIDORIA

- **Ouvidoria Externa**

Nosso canal de Ouvidoria tem como missão garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, relacionadas aos direitos dos clientes. Atuamos como um canal de comunicação transparente, independente e imparcial, fornecendo orientações e gerenciando manifestações. Essa atuação está em total consonância com nossos princípios de Governança Corporativa e visa fomentar a cultura de escuta e justiça.

- **Canal de Denúncias**

Em nosso site, disponibilizamos um canal para atender demandas específicas relacionadas a casos de descumprimento do Código de Ética e denúncias de ilicitudes, incluindo corrupção.

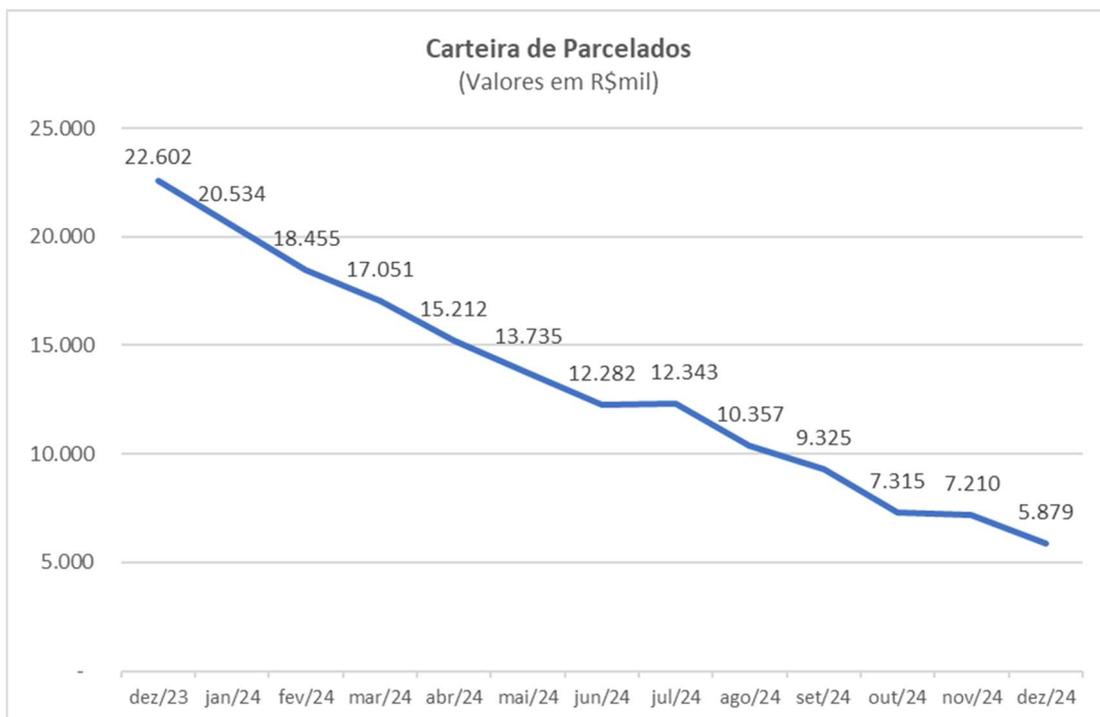
O Canal de Denúncias acolhe informações sobre indícios de irregularidades e permite que as denúncias sejam feitas de forma anônima ou identificada, garantindo a proteção aos denunciantes.

CARTEIRAS DE CRÉDITO

- **Crédito Parcelado**

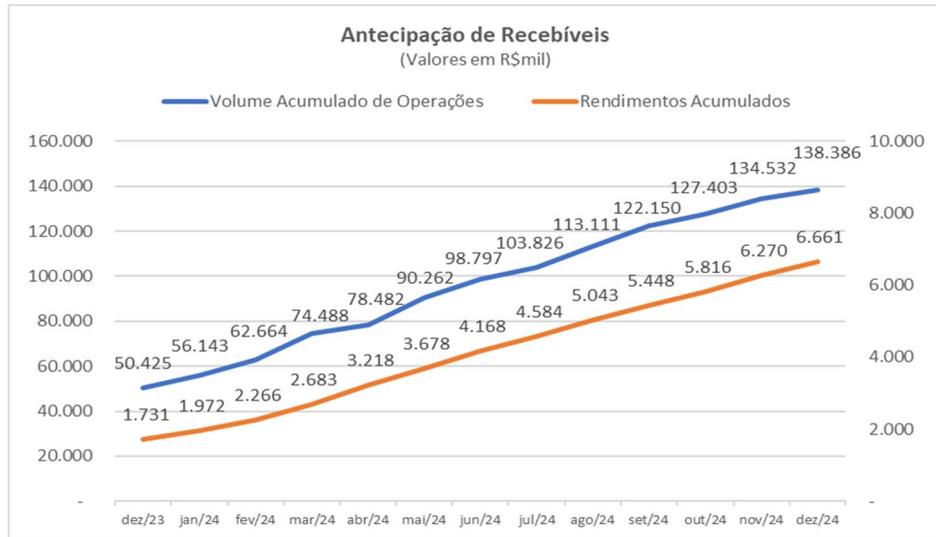
A fim de ajustar a modelagem da estrutura de risco aceitável para as operações direcionadas às micro e pequenas empresas, em maio de 2023, foram suspensas as concessões de novos financiamentos para este público.

A carteira de crédito parcelado, Capital de Giro e Investimento Fixo, está em fase de amortização, com a intensificação da cobrança administrativa e na esfera judicial, com a redução do saldo devedor de R\$ 22,6 milhões em dezembro/2023 para R\$ 5,9 milhões em dezembro/2024.



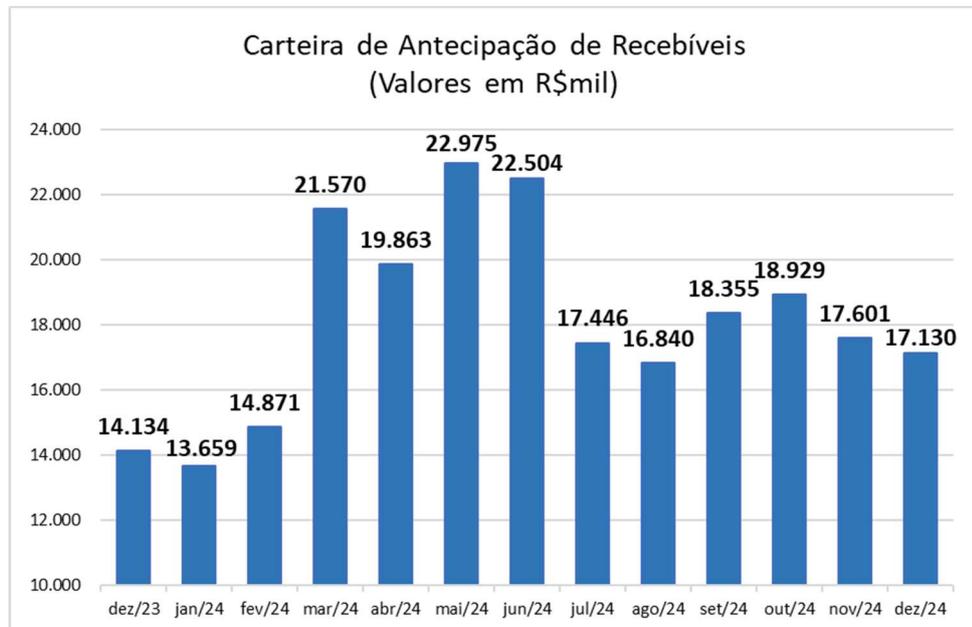
- **Antecipação de Recebíveis**

As aquisições de direitos creditórios, no exercício 2024, originadas pelas parcerias com plataformas especializadas em risco sacado/cedente, totalizaram R\$ 87,9 milhões, elevando o volume da carteira concedida para R\$ 138,4 milhões, com taxa de desconto média de 1,90% ao mês e inadimplência de 2,44% sobre o volume operado.



- **Carteira Antecipação de Recebíveis**

A carteira de antecipação de recebíveis, risco cedente e risco sacado, registrou em janeiro de 2024 o volume de R\$ 14,1 milhões, encerrando o exercício, dezembro de 2024, com saldo de R\$ 17,1 milhões.



II. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ACCREDITO – Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas e outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomélio dos Santos

Contador CRC 1 SP 263668/O-4

III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em R\$ MIL

1. ATIVO

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

ATIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		74.634	39.659
DISPONIBILIDADES	4	3.843	4.775
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		70.238	33.869
Títulos e valores mobiliários	5	44.977	5.944
Relações interfinanceiras	6	5.471	4.849
Operações de crédito	7	19.727	23.076
Rendas a receber		63	-
OUTROS ATIVOS		553	1.015
Outros créditos - Diversos	8	529	990
Despesas antecipadas		24	25
NÃO CIRCULANTE		2.328	5.252
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		373	3.084
Operações de crédito		373	3.084
IMOBILIZADO DE USO	9	194	268
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		494 (300)	491 (223)
INTANGÍVEL	10	1.761	1.900
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		2.309 (548)	2.309 (409)
TOTAL DO ATIVO		76.962	44.911

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. PASSIVO

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		6.303	5.678
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	11	5.461	4.849
Depósitos		5.461	4.849
OUTROS PASSIVOS		842	829
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		3	8
Fiscais e previdenciárias	12	247	300
Diversas	13	592	521
NÃO CIRCULANTE		3	-
PROVISÕES		3	-
Diversas - Passivos contingentes		3	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		70.656	39.233
Capital:	14	110.000	75.000
De Domiciliados no país		110.000	75.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14	(22)	(2)
(Prejuízos acumulados)		(39.322)	(35.765)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.962	44.911

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	NE	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.759	10.648	10.773
Operações de crédito	15	3.946	8.393	8.716
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.813	2.255	2.057
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(905)	(4.634)	(13.565)
Operações de captação no mercado		(1)	(35)	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(904)	(4.599)	(13.565)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.854	6.014	(2.792)
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.895)	(9.571)	(12.026)
Receitas de prestação de serviços		58	58	34
Despesas de pessoal	16	(2.261)	(4.341)	(6.455)
Outras despesas administrativas	17	(3.148)	(5.961)	(7.042)
Despesas tributárias		(282)	(512)	(524)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		(3)	(3)	19
Outras receitas operacionais	18	770	1.259	1.942
Outras despesas operacionais		(29)	(71)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(41)	(3.557)	(14.818)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(41)	(3.557)	(14.818)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(41)	(3.557)	(14.818)
Nº de ações		110.000	110.000	75.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		(0,37)	(32,33)	(197,576)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(41)	(3.557)	(14.818)
RESULTADO ABRANGENTE	(20)	(20)	(1)
Ajustes que serão transferidos para resultados:			
Ajuste TVM	(20)	(20)	(1)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(61)	(3.577)	(14.819)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Semestre de 01/07/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	75.000	(2)	(39.281)	35.717	35.717
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(20)	-	(20)	(20)
Aumento de capital	35.000	-	-	35.000	35.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	-	-	(41)	(41)	(41)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	110.000	(22)	(39.322)	70.656	70.656
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	35.000	(20)	(41)	34.939	34.939

Exercício de 01/01/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	75.000	(2)	(35.765)	39.233	39.233
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(20)	-	(20)	(20)
Aumento de capital	35.000	-	-	35.000	35.000
Lucro líquido do exercício	-	-	(3.557)	(3.557)	(3.557)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	110.000	(22)	(39.322)	70.656	70.656
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	35.000	(20)	(3.557)	31.423	31.423

Exercício de 01/01/23 a 31/12/23					
	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	75.000	(4)	(20.947)	54.049	54.049
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	(2)	-	(2)	(2)
Prejuízo do exercício	-	-	(14.818)	(14.818)	(14.818)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	75.000	(6)	(35.765)	39.229	39.229
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	(2)	(14.818)	(14.820)	(14.820)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(41)	(3.557)	(14.818)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	108	216	216
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	904	4.599	13.565
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	3	3	(19)
	974	1.261	(1.056)
Varição de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(36.301)	(33.677)	15.140
(Aumento) redução em ativos fiscais diferidos	-	-	-
(Aumento) redução de outros ativos	(587)	(4.112)	(13.365)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	3.343	612	4.733
Aumento (redução) em obrigações fiscais diferidas	-	-	-
Aumento (redução) em outros passivos	302	13	(120)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3)	(29)	(578)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(32.272)	(35.932)	4.754
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado de uso	-	-	(9)
Inversões líquidas no intangível	-	-	(1.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(1.010)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	35.000	35.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	35.000	35.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.728	(932)	3.744
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.115	4.775	1.031
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3.843	3.843	4.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

IGNIS CONTÁBIL
 MOISÉS GONÇALVES
 CRC 213.033/O-86

IV. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 43 - Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros, emissão de moeda eletrônica, emissão de instrumento de pagamento pós-pago, atuação como iniciadora de transação de pagamento e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”).

A Acionista fundadora, Associação Comercial de São Paulo, celebrou Acordo de Associação e Outras Avenças com a Investidora B100 Holding Financeira S.A., em 28 de agosto de 2024, com o objetivo vender 54.999 (cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove), ações da participação qualificada, equivalente a 49,99% do capital integralizado, para a B100 Holding Financeira S.A. A comunicação da assunção da condição de detentora de participação qualificada foi protocolada junto ao Banco Central do Brasil em 01 de outubro de 2024, estando em fase de aprovação.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo permanente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações financeiras, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 14 de março de 2025.

2.1 Impacto das novas exigências com vigência futura

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100, de 24/08/2023, regulamentadas pela Resolução BCB nº 352, de 23/11/2023, dispõem sobre os conceitos e os critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025.

As novas regras contábeis trazidas pela Resolução CMN 4.966/2021 referem-se: i) classificação e mensuração de ativos financeiros; ii) reconhecimento de juros em caso de atraso; iii) reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; iv) baixa a prejuízo; e v) reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações em crédito problemático.

- Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

Refere-se aos impactos decorrentes de reclassificação entre as categorias de ativos, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021. As operações cujos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. Não haverá alteração dos modelos de negócios.

- Modelo para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O critério de classificação das operações de crédito e a respectiva constituição de provisão para créditos para devedores duvidosos são disciplinadas pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina que as provisões devem ser calculadas em função da classificação do Rating Operação, aplicando-se percentuais sobre o saldo devedor, sendo de AA (menor risco) até H (maior risco), em função do atraso de pagamento do principal ou de encargos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, instituiu um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a partir de 01 de janeiro de 2025. De acordo com a classificação no segmento prudencial, Resolução BCB nº 436/2024, a ACCREDITO está classificada no segmento 5 (S5), portanto, deve adotar a metodologia simplificada para avaliar perdas, nos termos do Artigo 50 da Resolução 4.966/2021. Os critérios para mensuração da provisão para perdas esperadas, inclui provisão mínima requerida e provisão adicional, considerando os seguintes parâmetros:

a) Provisão para Perdas Incorridas associadas ao risco de créditos para as operações caracterizadas como Crédito Problemático, conforme art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023, adotando os percentuais definidos no Anexo I. A Caracterização de Crédito Problemático são operações inadimplidas com atraso superior a 90 (noventa) dias.

b) Aplicação dos percentuais definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/2023, para a Provisão para Perdas Esperadas em operações não caracterizadas como Crédito Problemático, observado os períodos de atraso e as carteiras definidas da referida resolução.

Com a implementação da Resolução CMN 4966/2021, comparado com a Resolução 2682/1999 (revogada), estimamos um incremento na provisão para janeiro/2025 de aproximadamente R\$ 759 mil (setecentos e cinquenta e nove mil reais), sobre o saldo de provisão existente em 31 de dezembro de 2024, é líquido dos efeitos tributários.

- Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 define que um ativo com problema de recuperação de crédito, Ativo Problemático, quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos. A referida resolução define, ainda, a interrupção do reconhecimento de receitas que ainda não foram efetivamente realizadas, em procedimento conhecido como Stop Accrual.

A ACCREDITO não reconhecerá os juros das operações que, na transição, apresentem atraso acima de 60 dias e a referida resolução será aplicada a partir de 1º de janeiro de 2025.

- Aspectos Fiscais

A Lei 14.467/2022, com as alterações da lei nº 15.078/2024, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, atraso superior a 90 dias, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial, observado a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

O Artigo 6º da Lei 14.467/2022, estabeleceu ainda que, as perdas apuradas em 1º janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas fiscalmente até esta data, somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês de apuração, a partir de janeiro de 2026, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções a razão de 1/120 ao mês.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

- **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil. Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

- **Operações de crédito**

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência. Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Programa de Integração Social – PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas nas notas explicativas nº 9 e 10.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Depósitos

Os depósitos correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas decorrentes dos depósitos realizados por clientes na conta da Instituição, que não se confundem com os da Sociedade.

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

Em 31 dezembro de 2024 a Sociedade possuía R\$ 3.842 de depósito bancário (R\$ 4.774 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 1 de reservas bancárias (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Carteira própria	38.965	1.078
Certificados de Depósitos Bancários	1	750
Letras Financeiras do Tesouro	35.817	330
NC – Nota Comercial	3.132	-
Cotas de fundo de investimento	15	-
Vinculados a prestação de garantia	6.012	4.866
Letras Financeiras do Tesouro	6.012	4.866
Total	44.977	5.944

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31 de dezembro de 2024			
Circulante			
Certificado de Depósitos Bancários	01/08/2027	1	1
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2025	36.152	36.134
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2025	5.698	5.695
FGI – BNDES – BB DTVM		15	15
NCTEE2424UN	28/01/2025	3.132	3.132
Total		44.998	44.977

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31 de dezembro de 2023			
Circulante			
Certificado de Depósitos Bancários	16/08/2024	750	750
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	5.196	5.194
Total		5.946	5.944

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se ao total de saldo de depósito para operações com PIX mantidas sob custódia no Banco Central do Brasil.

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos compulsórios PIX – BACEN	5.471	4.849
Depósito Bacen Recursos de Credores PIX	5.471	4.849
Total	5.471	4.849

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
7.1 Composição

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	4.338	15.804	934	4.075	5.272	19.879
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	488	1.515	119	1.208	607	2.723
Aquisição de Direitos Creditórios – Jurídica (a)	17.130	14.134	-	-	17.130	14.134
Total	21.956	31.453	1.053	5.283	23.009	36.736

(a) Trata-se de operações de Cessão de Direitos Creditórios Sem Direito de Regresso, realizadas com empresas cedentes que mantêm parceria com o Sacado Âncora (empresas de médio e grande porte) para antecipar seus recebíveis, promovendo melhor gestão de seu fluxo de caixa

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(1.677)	(7.618)	(631)	(1.796)	(2.308)	(9.414)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(127)	(675)	(49)	(403)	(176)	(1.078)
Aquisição de Direitos Creditórios - Jurídica	(425)	(84)	-	-	(425)	(84)
Provisão total	(2.229)	(8.377)	(680)	(2.199)	(2.909)	(10.576)
Total geral	19.727	23.076	373	3.084	20.100	26.160

7.3 Classificação das operações de crédito por nível de risco:

a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A	503	3.838	60	327	12.913	14.108	13.475	18.273
B	1.272	1.296	150	285	686	-	2.108	1.581
C	198	1.072	111	30	-	-	309	1.102
D	136	1.057	50	131	3.529	-	3.716	1.188
E	610	677	-	27	-	-	610	704
F	258	851	-	134	2	26	260	1.011
G	101	648	-	-	-	-	101	648
H	1.260	6.365	117	581	-	-	1.377	6.946
Total	4.338	15.804	488	1.515	17.130	14.134	21.956	31.453

b) Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A	41	694	-	304	-	-	41	998
B	57	356	63	260	-	-	120	616
C	40	401	8	54	-	-	49	455
D	57	466	-	128	-	-	57	594
E	92	351	-	12	-	-	92	363
F	84	225	-	139	-	-	84	364
G	32	234	-	-	-	-	32	234
H	531	1.348	48	311	-	-	579	1.659
Total	934	4.075	119	1.208	-	-	1.053	5.283

c) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A	544	4.532	60	630	12.913	14.108	13.515	19.270
B	1.329	1.652	213	545	686	-	2.228	2.197
C	238	1.473	119	84	-	-	358	1.557
D	193	1.523	50	259	3.529	-	3.773	1.782
E	702	1.028	-	39	-	-	701	1.067
F	642	1.076	-	273	2	26	345	1.375
G	133	882	-	-	-	-	133	882
H	1.791	7.713	165	893	-	-	1.956	8.606
Total	5.272	19.879	607	2.723	17.130	14.134	23.009	36.736

7.4 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2024			31/12/2023		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	544	0,5	3	4.529	0,5%	22
B	1.329	1,0	13	1.652	1,0%	17
C	238	3,0	7	1.473	3,0%	44
D	193	10,0	19	1.523	10,0%	153
E	701	30,0	211	1.028	30,0%	308
F	343	50,0	171	1.076	50,0%	538
G	133	70,0	93	882	70,0%	618
H	1.791	100,0	1.791	7.714	100,0%	7.714
Total	5.272		2.308	19.879		9.414

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2024			31/12/2023		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	60	0,5	-	630	0,5%	4
B	213	1,0	2	545	1,0%	6
C	119	3,0	4	84	3,0%	3
D	50	10,0	5	259	10,0%	26
E	-	30,0	-	39	30,0%	11
F	-	50,0	-	273	50,0%	136
G	-	70,0	-	-	70,0%	-
H	165	100,0	165	893	100,0%	893
Total	607		176	2.723		1.078

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2024			31/12/2023		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	12.913	0,5	64	14.108	0,5%	71
B	686	1,0	7	-	1,0%	-
C	-	3,0	-	-	3,0%	-
D	3.529	10,0	353	-	10,0%	-
E	-	30,0	-	-	30,0%	-
F	2	50,0	1	26	50,0%	13
G	-	70,0	-	-	70,0%	-
H	-	100,0	-	-b	100,0%	-
Total	17.130		425	14.134		84

7.5 Concentração das operações de crédito:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos de capital de giro -				
Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	29	27	0,55%	0,1%
Maior devedor	604	344	11,46%	1,7%
Menor devedor	-	-	0,00%	0,0%
Financiamentos de capital fixo -				
Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	59	57	9,73%	2,1%
Maior devedor	271	271	44,61%	9,9%
Menor devedor	4	1	0,67%	0,0%
Aquisição de direitos creditórios				
- Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	130	124	0,76%	0,9%
Maior devedor	1.631	1.657	9,52%	11,7%
Menor devedor	1	1	0,01%	0,0%
Concentração por quantidade de clientes		31/12/2024		%
10 maiores devedores		16.928		73,57%
20 maiores devedores		18.615		80,90%
50 maiores devedores		20.286		80,17%
100 maiores devedores		21.734		94,46%

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 125, e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 250 e financiamentos de exportação pré-embarque é de R\$ 300. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 25 de abril de 2028.

7.6 Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

	Empréstimos de Capital de Giro 31/12/2024	Empréstimos de Capital de Giro 31/12/2023	Financiamentos de Capital Fixo 31/12/2024	Financiamentos de Capital Fixo 31/12/2023	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2024	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2023	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Vencidas:								
Mais de 180 dias	121	1.169	4	60	-	-	125	1.229
De 91 a 180 dias	278	1.305	10	65	2	26	290	1.396
De 61 a 90 dias	165	557	11	47	947	-	1.123	604
De 31 a 60 dias	201	676	22	44	1.408	-	1.631	720
Até 30 dias	259	808	35	79	1.225	142	1.519	1.029
Total Vencido	1.024	4.515	82	295	3.582	168	4.688	4.978
A vencer:								
Até 30 dias	688	1.294	48	119	4.531	5.346	5.267	6.759
De 31 a 60 dias	579	1.383	48	116	6.253	5.388	6.880	6.887
De 61 a 90 dias	524	1.294	44	118	2.583	3.145	3.151	4.557
De 91 a 180 dias	625	3.261	132	304	181	87	938	3.652
De 181 a 360 dias	897	4.057	134	563	-	-	1.031	4.620
Total Ativo Circulante	3.313	15.804	406	1.515	13.548	14.134	17.268	31.453
De 361 a 720 dias	772	2.978	89	924	-	-	862	3.902
Acima de 720	162	1.097	30	284	-	-	192	1.381
Total Ativo Não Circulante	934	4.075	119	1.208	-	-	1.053	5.283

7.7 Operações de crédito por atividade econômica:

Atividade	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Comércio	9.350	10.711
Indústria de transformação	3.725	9.282
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	1.054	2.130
Atividades administrativas e serviços complementares	1.235	2.170
Alojamento e alimentação	320	1.739
Construção civil	633	3.612
Informação e comunicação	5.102	3.813
Educação	846	906
Transporte, Armazenagem e Correio	431	419
Outras Atividades de Serviços	58	600
Saúde humana e serviços sociais	200	570
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	44	674
Artes, cultura, esporte e recreação	7	77
Atividade imobiliária	-	12
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	6	18
Serviços Domésticos	1	3
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e Aquicultura	-	-
Total	23.009	36.736

Os juros referentes ao primeiro exercício de 2024, totalizaram R\$ 4.447, e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

7.8 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do período	10.576	8.017
Provisão constituída no período	4.599	13.565
Reversões para baixa com prejuízo	(3.572)	(11.006)
Saldo final do período	11.603	10.576

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos e contribuições a compensar (a)	447	890
Outros		
Adiantamentos e antecipações salariais	-	4
Devedores diversos no país	-	91
Depósito de processo judicial	-	5
IR a recuperar	82	-
Total	529	990

- (a) Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa R\$ 418 (R\$ 312 em 31 de dezembro de 2023) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 29 (R\$ 578 em 31 de dezembro de 2023).

9. IMOBILIZADO DE USO

	Custo de aquisição	Taxa de depreciação	Depreciação acumulada	Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
Mobiliário	187	10%	(77)	110	128
Equipamento de Processamento de Dados	284	20%	(212)	72	126
Outros equipamentos	23	20%	(11))	12	14
bTotal	494		(300)	194	268

10. INTANGÍVEL

	Custo de aquisição	Taxa de amortização	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos (a)	492	10%		296	346
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados (a)	817	33,33%	(352)	465	554
Marca ACCREDITO (b)	1.000	-	-	1.000	1.000
Total	2.309		(548)	1.761	1.900

(a) Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

(b) Refere-se a marca ACCredito adquirida da FACESP – Federação das Associações Comerciais, registrada pelo valor de aquisição e com vida útil indeterminada, em 18 de abril de 2023.

11. DEPÓSITOS

Conta de pagamento pré-paga	31/12/2024	31/12/2023
Contas de emissão de moeda eletrônica	5.461	4.849
Total	5.461	4.849

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Impostos e contribuições a recolher	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	14	12
Impostos e contribuições sobre salários	172	224
Outros impostos e contribuições	61	64
Total	247	300

13. DIVERSAS

Provisão para pagamentos a efetuar	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal a pagar (a)	312	287
Despesas administrativas a pagar	151	175
Auditoria	51	13
Outros pagamentos	78	46
Total	592	521

(a) A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou o patrimônio líquido de R\$ 70.656 (R\$ 39.233 em 31 de dezembro de 2023).

a) Capital social

O capital social é de R\$ 110.000 (R\$ 75.000 em 31 de dezembro de 2023), composto em 110.000 (75.000 em 2023) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, subscritas, totalmente integralizadas por acionista domiciliados no país e autorizado pelo Banco Central do Brasil.

14.2 Outros resultados abrangentes

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2024 houve constituição de ajustes de títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 20. Em 31 de dezembro de 2023 foram constituídos ajustes de títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.

15. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>2º. SEM/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operações de crédito			
Rendas com empréstimos	1.059	2.630	5.932
Rendas com direitos creditórios	2.769	5.439	2.104
Rendas de financiamento	118	324	680
	3.946	8.393	8.716
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários			
Rendas de aplicações compromissadas com lastro de título público federal	9	10	32
Rendas com títulos de Renda Fixa	1.804	2.245	2.025
	1.813	2.255	2.057
Total	<u>5.759</u>	<u>10.648</u>	<u>10.773</u>

16. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>2º. SEM/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Honorários da diretoria e conselho de administração	(1.105)	(1.910)	(1.729)
Proventos	(466)	(977)	(2.390)
Encargos sociais	(348)	(700)	(1.186)
Benefícios	(335)	(733)	(1.090)
Treinamento	-	(4)	(36)
Remuneração de estagiário	(7)	(17)	(24)
Total	<u>(2.261)</u>	<u>(4.341)</u>	<u>(6.455)</u>

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º. SEM/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aluguel	(66)	(132)	(132)
Comunicação	(20)	(43)	(55)
Manutenção de bens	(16)	(36)	(38)
Material consumido	(7)	(15)	(20)
Processamento de dados	(1.357)	(2.574)	(2.744)
Promoções e relações públicas	(7)	(16)	(161)
Propaganda e publicidade	-	-	(677)
Publicações	(3)	(3)	(14)
Serviços do sistema financeiro	(455)	(983)	(1.073)
Serviços de terceiros	(276)	(510)	(210)
Serviços técnicos especializados	(654)	(1.059)	(1.221)
Transporte	(3)	(6)	(38)
Viagens	(6)	(16)	(29)
Depreciações e amortizações	(109)	(216)	(216)
Outras despesas administrativas	(169)	(352)	(414)
Total	(3.148)	(5.961)	(7.042)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º. SEM/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	736	1.189	1.898
Outras receitas operacionais	34	70	44
Total	770	1.259	1.942

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DIFERIDO

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(3.557)	(14.818)
Adições de despesas não dedutíveis	24	36
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.292)	13.565
Recuperação de créditos baixado como prejuízo	(1.189)	(1.897)
Contingências cíveis	-	(19)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(26.014)	(3.133)
Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL	(26.014)	(3.133)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social acumulado no montante de R\$ 37.123 (R\$ 11.109 em dezembro 2023), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional não terem sido atendidos.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Conselho de Administração:** órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição;
- **Diretoria Executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;
- **Conselho Fiscal:** composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

- **Risco de mercado**

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado.

A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

- **Risco Socioambiental e climático**

Entende-se como risco Socioambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A avaliação do risco social, Ambiental e Climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Por conta do escopo de atuação da Sociedade, que é originação de operações de crédito para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo, os riscos socioambientais e climático são avaliados como remotos para a concessão das operações de crédito da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- **Primeira Linha de Defesa:** representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias;
- **Segunda Linha de Defesa:** representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa;
- **Terceira Linha de Defesa:** Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldo das transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 66 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2023), reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 14 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2023) e reembolso de despesas com copa, cozinha e manutenção no montante de R\$ 14 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2023). Não existem outras transações com parte relacionada.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve pagamento de honorários aos administradores da Sociedade no montante de R\$ 1.910 (R\$ 1.729 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

22. DEMANDAS JUDICIAIS

Durante o semestre a Sociedade é Autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza Tributária e Trabalhista, com base na opinião dos assessores jurídicos, tem como risco de perda remoto e não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2024 não existem processos considerados como risco de perda possível ou provável.

Entretanto, há passivo contingente referente aos processos judiciais de natureza Cível, com base na opinião dos assessores jurídicos, o processo sob nº 1003022-05.2024.8.26.0068¹, possui risco de perda provável, sendo reconhecido contabilmente. Quanto aos demais processos possuem com risco de perda remoto.

23. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023 inexistem resultado não recorrente.

24. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Considerando seu perfil, somente as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. As operações de Capital de Giro pré-fixadas, têm suas taxas fixadas pela composição da taxa de juros definidas pelos juros fixos pré-fixados, capitalizados com as taxas definidas pela curva DI x Pré, constituída a partir dos preços de vencimentos de contratos futuros negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo praticadas na média de 2,83% ao mês.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco Central do Brasil comunicou através de mensagem BC Correio em 26/03/2025, que registrou as informações a respeito da modificação na composição societária da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., com atualização dos Mapas de Composição de Capital, incluindo a investidora B100 Holding Financeira S.A. como detentora de participação qualificada na companhia.

A DIRETORIA

IGNIS CONTÁBIL
MOISÉS GONÇALVES
CRC 213.033/O-86

¹ Nos autos do processo nº 1003022-05.2024.8.26.0068, a Accredito, foi condenada em honorários advocatícios no percentual de 10% (dez) do valor da causa (R\$ 26.000,00), o que equivale aproximadamente a quantia de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

V. PARECER DOS CONSELHOS FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Accredito Sociedade de Crédito Direto S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, à vista do Relatório dos Auditores Independentes, manifestaram parecer positivo sem ressalvas para os referidos documentos.

São Paulo, 20 de março de 2024.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre/2024 e, à vista da opinião dos Auditores Independentes e do parecer positivo do Conselho Fiscal, recomendam a aprovação das demonstrações financeiras e manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estando, portanto, em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 27 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)
NILTON MOLINA
ALFREDO COTAIT NETO
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

CONSELHO FISCAL:

ANTONIO CARLOS PELA
CARLOS MONTEIRO
MARCEL DOMINGOS SOLIMEO (Suplente)

DIRETORIA:

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)
LUIZ NOBORU SETO
GILBERTO FIORAVANTE



accredito



ouvidoria - 0800 7707880



atendimento@accredito-scd.com.br



www.accredito-scd.com.br